



5º Encontro Internacional de Política Social

12º Encontro Nacional de Política Social

Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"

Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

Luta social de comunidades tradicionais e trabalhadores em Barcarena (PA)

Marcel Theodoor Hazeu¹

Nádia Socorro Fialho Nascimento²

Solange Maria Gayoso da Costa³

Resumo: Neste artigo apresenta-se o processo histórico de organização e resistência de comunidades tradicionais e trabalhadores, no município de Barcarena (PA), frente à violação de seus direitos socioambientais e territoriais decorrentes da implantação do complexo industrial mineral, portuário e de infraestrutura logística neste município desde a década de 1980. Para isso, toma-se como referência a revisão bibliográfica e documental e o trabalho de campo realizado durante as atividades de extensão universitária realizadas no ano de 2016. Conclui-se que mesmo no contexto da reestruturação produtiva e do conseqüente ataque aos movimentos sociais, o protagonismo de comunidades tradicionais e trabalhadores no município de Barcarena tem possibilitaram forjar uma organização social e política que fortalece as estratégias de resistência frente ao avanço do grande capital na Amazônia.

Palavras-chaves: Movimento Social; Resistência; Conflitos Socioambientais; Territoriais.

Abstract: This article presents the historical process of organization and resistance of traditional communities and workers' organizations, in Barcarena (PA), against the violation of their socio-environmental and territorial rights resulting from the implantation of the mineral industry, ports and logistic infrastructure in this municipality since the 1980s. For this purpose, reference is made to the bibliographical and documentary revision and the field work carried out during the university extension activities in 2016. It is concluded that even in the context of productive restructuring and the attack on the social movement, the protagonism of traditional communities and workers made it possible to forge a social and political organization that strengthens the strategies of resistance against the advance of the great capital in the Amazon.

Keywords: Social Movement; Resistance; Socio-environmental; Territorial conflicts.

¹ Cientista Ambiental, Doutor em Doutora em Ciências Socioambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA, Brasil). Professor da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (FASS/PGSS/ICSA/UFPA, Brasil). E-mail: <celzeu@gmail.com>.

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ (ESS/UFRJ, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (FASS/PPGSS/UFPA, Brasil). E-Mail: <fialho@ufpa.br>.

³ Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (FASS/PPGSS/UFPA, Brasil). E-mail: <solgayoso@ufpa.br>.

1. INTRODUÇÃO

A acumulação de capital na Amazônia brasileira, tem se caracterizado pela exacerbação da exploração do trabalho e da natureza. Dentre as formas dessa exploração destacam-se, historicamente, a implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura e logística, agronegócio e mineração, inseridos na lógica do modelo de desenvolvimento em curso no Brasil e que tem provocado conflitos socioambientais e territoriais envolvendo populações tradicionais e trabalhadores.

No município de Barcarena a execução daquelas modalidades de empreendimentos tem provocado desastres ambientais e sociais ao longo dos 37 anos de implantação do complexo industrial na área. Para se ter uma amostra do problema sobre os desastres ambientais causados por estes grandes empreendimentos, como aquele ocorrido em Mariana/MG em novembro de 2015, nos últimos 16 anos foram identificados 23 desastres em Barcarena envolvendo naufrágios, derramamento de lama vermelha, caulim, óleo, soja, contaminações da água, terra e ar, entre tantos outros (CARMO, e.o., 2016). Todos estes desastres têm trazido consequências gravíssimas para a saúde dos habitantes do município, causando danos na maioria das vezes irreversíveis e definitivos na vida das pessoas e do meio ambiente. A instalação do complexo industrial em Barcarena, já provocou, segundo Hazeu (2015) o deslocamento compulsório de cerca de 2.582 famílias (ou 10 mil pessoas), em alguns casos remanejando comunidades inteiras, como no caso da comunidade da Montanha.

Em relação às consequências ambientais os principais atingidos são comunidades tradicionais que mantêm uma relação direta com a natureza e sofrem com a poluição e contaminação dos rios, infertilidade dos solos e a poluição do ar. Por outro lado, os trabalhadores vinculados ao complexo industrial mineral também sofrem as consequências da realização e longa exposição às atividades laborais perigosas à saúde humana, além da (super) exploração do trabalho, característica do funcionamento das empresas transnacionais nas periferias do sistema capitalista.

Nesse contexto, de sofrimento humano e desestruturação da vida social causada pelos desastres socioambientais e pela exploração da força de trabalho, que provocam efeitos na reprodução social das famílias e nas suas formas de organização social, a resistência, construída no cotidiano e tornada pública em momentos decisivos ao

enfrentamento do capital, se mostrou forte e importante para manutenção dos modos de vida e da proteção dos trabalhadores.

Nesse contexto, o presente artigo traz uma reflexão sobre o nascimento de um novo movimento social, denominado “Barcarena Livre”, dentro do contexto histórico da (re) organização dos movimentos sociais no município, no enfrentamento aos efeitos devastadores provocados pela instalação da indústria minero-metalúrgica e infraestrutura portuária. Para isso, adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, assim como a pesquisa de campo realizada junto às comunidades tradicionais e sindicatos de trabalhadores, no âmbito das atividades de extensão universitária no ano de 2016⁴. O artigo está estruturado em três seções, incluindo-se introdução, a apresentação do debate onde é feito o resgate histórico e analítico da atuação dos movimentos sociais na Amazônia Oriental, com ênfase ao processo histórico da organização sociopolítica dos grupos sociais e trabalhadores em Barcarena, e as considerações finais. Enfatiza-se, na atualidade, o surgimento do Movimento “Barcarena Livre”, como uma nova frente de organização política para o enfrentamento aos conflitos socioambientais e territoriais.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS NA AMAZÔNIA: resistência e mobilização no município de Barcarena.

A organização da resistência e mobilização dos agentes sociais atingidos com a implantação dos complexos industriais e de infraestrutura logística no município de Barcarena está inserida numa dinâmica mais geral dos movimentos sociais na América Latina. A partir da década de 1980, identifica-se o surgimento de uma diversidade de formas de lutas protagonizadas por “novos” sujeitos políticos que emergem na cena política/pública organizados em grupos sociais denominados ou autodenominados povos originários ou “povos/comunidades tradicionais”.

No Brasil e especialmente na Amazônia, Almeida (2004) identifica a existência desse processo desde meados de 1988 a partir da aglutinação de grupos sociais diferenciados, que têm se organizado em “unidades de mobilização”⁵, em todo o país,

⁴ Tais atividades estão vinculadas ao Programa de Extensão Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais – MapSocial/LABPSAM executado por professores/pesquisadores vinculados à Faculdade de Serviço Social- FASS e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICISA/UFPA, em parceria com o Grupo de Pesquisa GETAM/NAEA/UFPA

⁵ O conceito de “unidades de mobilização” é proposto por Almeida e refere-se “[...] à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados

com elevado grau de coesão em suas práticas. Tais “unidades de mobilização” compõem-se a partir de critérios diferenciados e objetivam garantir o controle sobre determinados “[...] domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade e, inclusive para alguns, à sua afirmação étnica” (ALMEIDA, 2004, p. 23 - 24).

Diversos grupos sociais encontram-se em processo de construção e reconhecimento de suas territorialidades e identidades coletivas fazendo uso de formas de luta diferenciadas daquelas prevalecentes nas décadas de 1970 e 1980, evidenciando estratégias num contexto de redefinição dos padrões de relação política e seus correspondentes processos de territorialização, registrados seja nas cidades ou nas áreas rurais. Almeida aponta o ano de 1989 como o ano em que inúmeros “encontros” e iniciativas, deram origem ou evidenciaram as diversas formas de movimentos sociais, associações e grupos que lutam por interesses dos povos e comunidades tradicionais-

A partir desse período observa-se também um processo intenso na Amazônia de emergência de diferentes movimentos sociais - protagonizados por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, quebradeiras de coco, etc - que lutam pela afirmação de suas identidades e defesa de seus territórios e modos de vida, num movimento contínuo de organização e resistência contra os agentes sociais que ameaçam sua existência como povos tradicionais. Nessa perspectiva ultrapassam “[...] o sentido estreito de uma organização sindical, incorporando fatores étnicos e critérios ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva” (ALMEIDA, 2004).

Continuando suas reflexões, o autor destaca como materialização desse processo as associações voluntárias e as entidades da sociedade civil que estão se tornando força social, tais como: União das Nações Indígenas (UNI); Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB) e a rede de entidades indígenas vinculadas, que alcança cerca de sessenta; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu (MIQCB); Conselho Nacional dos Seringueiros; Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE); Movimento dos Atingidos de Barragens (MAB); Associação Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombo e a rede de entidades a ela vinculada no Maranhão – Associação das Comunidades Negras Quilombolas do Maranhão

circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios”. (ALMEIDA, 2006, p. 25)

(ACONERUQ) – e no Pará – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO); Associação dos Ribeirinhos da Amazônia, dentre outras.

É nesse contexto geral que podemos falar da organização dos movimentos sociais em Barcarena, de sua história de enfrentamento de lutas contra os efeitos da implantação do complexo industrial na vida cotidiana das comunidades tradicionais e dos trabalhadores migrantes e não migrantes que passaram a fazer parte do quadro funcional das empresas que lá se instalaram.

O surgimento e formação dos movimentos sociais em Barcarena estão intrinsecamente ligados à instalação das grandes empresas e portos em Barcarena que ao invadir a vida das populações provocaram mudanças que se fizeram sentir em todos os campos, no modo de vida, do modo de produção e de trabalho e nas formas de relação social que prevaleciam nas comunidades (PALHETA, 2005). No processo de constituição dos movimentos sociais em Barcarena que se organizaram na luta frente as desapropriações de suas terras é necessário considerar a presença de assessorias internas e externas ao município, como a igreja católica, sindicato dos trabalhadores rurais, Universidade Federal do Pará, o Ministério Público Estadual e Federal e algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Internacional de Educação no Brasil (IEB).

A partir da década 1970, com as grandes transformações no território de Barcarena, com a violenta chegada e implementação do complexo portuário-industrial-logístico e urbanístico nasceram novas formas e lógicas de organização da resistência. A formação dessas organizações ocorreu dentro de um campo de forças envolvendo agentes com interesses e estratégias muito diversas. O Estado, através de instituições federais e estaduais como, por exemplo, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará (CDI) e Companhia do Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) coordenou a implantação e funcionamento das indústrias e portos, assumindo a negociação e pressão junto às comunidades, atuando, negociando e pressionando diretamente os moradores, sem existir na época políticas sociais para ser acionadas,.

A regularização fundiária foi imposta para poder des-re-apropriar os territórios dos moradores e o próprio Estado e empresas estimularam a organização de associações de moradores para facilitar as negociações e registros. As empresas visaram a

implantação e funcionamento mais eficiente e lucrativo possível, dentro de estratégias de contenção da tendência à queda da baixa de lucros na sociedade do capital e investiram em relações com as comunidades através serviços, projetos e favores oferecidos, inclusive a fundação de certos centros comunitários e sua manutenção. Este investimento visava tanto a organização de produção subsidiária, como roupas e alimentos para os trabalhadores nas empresas, realizada por parte das comunidades quanto a pacificação de possíveis resistências.

2.1 Comunidades, associações e centros comunitários: território e poluição

Ainda na década de 1970 a organização social nas comunidades em Barcarena se apresentava dentro de dinâmicas de relações familiares e territoriais que se expressaram através de atividades coletivas (mutirão) e participação em igrejas, o que garantia certa organicidade entre os moradores. Não se tratava de movimentos sociais ou associações, formalmente registrados ou institucionalizados (MAIA, MOURA, 1989).

Esta forma de organização mudou no início da década de 1980, ainda em plena ditadura militar, pela implantação das obras de construção do porto da Vila do Conde, Alunorte, Eletronorte, Vila dos Cabanos e posteriormente as demais empresas. Mais de 500 famílias foram forçadas a sair dos seus territórios, perdendo os laços da organização comunitária e sendo dispersadas para outros locais de moradia. Este movimento levou a uma reação daqueles moradores tradicionais através da fundação em 1984 da Associação dos Desapropriados de Barcarena (ADEBAR), junto com o Sindicato de Trabalhadores Rurais para renegociar os termos de desapropriação, deslocamentos forçados, reassentamentos e indenizações, “com o objetivo principal de recuperar o valor justo de suas benfeitorias, congregar os expropriados e repassar as experiências para outros moradores que se sentem ameaçados por novas invasões nos sítios existentes no município” (PALHETA, 2005, p. 55). A ADEBAR impulsionou o fortalecimento de outros movimentos.

Forçadas a sair, algumas famílias tradicionais permaneceram em suas terras, sendo constantemente expulsas, e outras, mesmo tendo sido deslocadas “continuavam realizando seus roçados, fazendo sua farinha e “batendo” o seu açaí (proveniente de seu território) por muitas vezes às escondidas”(PALHETA, 2005).

Nos “novos lugares” para onde as pessoas eram deslocadas, como os bairros de Laranjal e Vila Nova, os moradores formaram centros comunitários, enquanto o mesmo

aconteciam em comunidades ameaçadas com desapropriações e deslocamentos forçados, como a comunidade São Lourenço.

As próprias empresas também se fizeram ativamente presentes nas desapropriações e nos centros comunitários e associações, como mostrou Vasconcelos (1996) sobre a ação da Alunorte no Centro Comunitário de São Lourenço onde se direcionavam as atividades a oferecimento de cursos, trabalhos coletivos (mutirões) e intermediação de serviços entre comunidade e empresas, sem assumir um papel mais reivindicatório e combatente: “O controle que a fábrica Albrás/Alunorte exerce sobre o Centro, através do trabalho que realiza junto à sua diretoria, sempre procurando direcionar as reivindicações para atender seus interesses” (VASCONCELOS, 1996, p, 43) e até através de inserção direta de pessoas vinculadas à empresa na própria direção.

Teixeira e Oliveira (1995) identificaram diversos interesses das empresas através da estratégia direta nas comunidades e centros comunitários. Havia interesses como a hegemonia no contexto das lutas e organização dos trabalhadores; diminuição do seu custo global de produção, isenção de imposto, transferência de responsabilidades de impactos ambientais, recaindo sobre as micro-empresas comunitárias; além de diminuir o seu custo global de produção ao ter atendido a sua demanda por determinados serviços necessários ao conjunto de atividades dos empreendimentos.

Nesta formação de associações nas novas e velhas comunidades, com maior ou menor grau de interferência do poder público e Estado, uma experiência de resistência ao deslocamento e desagregação forçados se tornou uma referência para as demais lutas. Nos anos 1990, com a chegada de novas empresas⁶ a comunidade tradicional da Montanha, situada na beira do rio Pará, foi forçada a sair do lugar pela empresa Pará Pigmentos. Sabendo dos impactos que os moradores de outras comunidades sofreram nos deslocamentos, a comunidade se organizou para garantir reassentamento coletivo com garantia de direitos num novo lugar na comunidade chamada Curuperé, como acompanharam e analisaram Fialho Nascimento (1999) e Carmo (2010). Organizaram-se na Associação dos Trabalhadores Rurais de Curuperé (ASTRC) em 1991 com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena (STRB) e as assessorias da

⁶ Além do beneficiamento da bauxita pela Albras/Alunorte e do caulim pelas empresas IMERYS Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, o município passou a sediar a VOTORANTIM na fabricação de cimento, a USIPAR na produção do ferro gusa, a ALUBAR na fabricação de cabos de alumínio, a BUNGE na fabricação de adubos, a BURUTIRAMA, na fabricação de lingotes de manganês, a TECOP, na produção de coque de petróleo e os mais recentes portos da TERFRON e da HIDROVIAS DO BRASIL para exportação de soja (FIALHO NASCIMENTO; HAZEU, 2015)

Comissão Pastoral da Terra (CTP) e Universidade Federal do Pará (UFPA)/Curso de Serviço Social através da extensão universitária. (PALHETA, 2005).

Mesmo organizado, as famílias sofreram posteriormente um novo deslocamento (coletivo) do lugar (Curuperé) onde foram reassentados até um novo lugar (Vida Nova). A negociação sobre este novo deslocamento dividiu a comunidade e deixou novas marcas e traumas profundos. A formação da resistência por parte das famílias da Montanha gerou um processo necessário e forçado de aprendizagem na prática do deslocamento, como mostra Carmo (2010), em seu estudo da comunidade deslocada duas vezes seguidas, da Montanha para Curuperé e de Curuperé para as comunidades Nova Vida e Massarapó. Ele chama esta aprendizagem de “pedagogia do deslocamento”, com dimensões de *luta por direito, solidariedade e compreensão do mundo*⁷.

Os sentidos dados aos deslocamentos são diversos. Entre as perdas, a dor e a lamentação, o deslocamento é também uma possibilidade de mudança e aprendizado. Mas é um aprendizado que mantém a sombra permanente da insegurança, revelada na pergunta de Miqueias, morador de Nova Vida: “Quando nós vamos parar em um local definitivo?” (CARMO, 2010b, p. 193).

No decorrer das décadas seguintes muitas novas empresas se instalaram e muitas famílias foram deslocadas através de processos violentos, desrespeitosos e traumatizantes. Hazeu (2015) registra que 10 mil pessoas, foram deslocadas entre 1979 a 2015. As bases de sustentação das comunidades foram abaladas, a pesca, agricultura, pequena produção e as relações de solidariedade e trocas sofreram duros golpes.

Nem todos estes processos têm levado a novas resistências. A disputa mais emblemática neste momento ocorre no chamado Distrito Industrial, criado para instalação de novas empresas e do qual já muitas famílias foram deslocados, mas onde ainda permanecem mais que 1500 famílias, ameaçadas por novos empreendimentos e sofrendo com a poluição. Esta permanente ameaça, poluição e deslocamentos levaram a formação de um grupo de trabalho com algumas lideranças e fortes divergências dentro das comunidades e até entre as famílias sobre os rumos e formas de luta. Alguns

⁷ O espaço pedagógico é o vivido na prática da conscientização, para que o indivíduo se torne sujeito político da sua história. Ao se (re)apropriar do território, os seus membros tomam consciência das implicações do seu uso e das disputas a enfrentar para continuar mantendo a sua territorialidade (CARMO, 2010, p. 192).

moradores envolvidos nesta luta se inseriram no novo movimento Barcarena Livre, buscando sua afirmação como moradores tradicionais e numa luta além de indenizações.

Além das comunidades tradicionais e deslocadas, outras comunidades de famílias não originárias também se formaram, em busca de terra e casa. Elas disputam áreas dentro e fora do núcleo urbano da Vila do Cabanos. Espontâneo ou sob liderança de grupos específicos (como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf) elas tem ocupado algumas dessas áreas (como as comunidades Murucupi e Fazendinha). Os grupos estão em conflito e em negociação com o Estado, responsável pela questão fundiária das áreas, e ocorrem conflitos entre os diferentes grupos.

Com o funcionamento da indústria e portos, a ocorrência de dezenas de desastres ambientais e a poluição diária, os centros comunitários e novas organizações não governamentais (como o Instituto Barcarena Socioambiental) tem se mobilizado, pontualmente, com manifestações contra os acidentes e ações na justiça por indenizações. Este movimento tem levado a alguns ganhos isolados (por pessoas e certas associações), sem aglutinar as forças, ou até criado desconfianças e divisões.

2.2 Sindicatos: direitos trabalhistas e relação com as comunidades

Na década de 1980 chegou um grande número de trabalhadores para a construção do complexo portuário-industrial-urbanístico, Alunorte, Porto da Vila do Conde e Eletronorte.

Segundo Tourinho (1991), no período de 1983 a 1989, cerca de 14mil empregos foram gerados nas obras de construção civil. Desse total, 59,94% dos empregados eram procedentes do estado do Pará, sendo 26,93% de Abaetetuba, 13,81% de Barcarena, 10,36% de Belém, 2,07% de Igarapé Miri e 0,55% de Moju. O restante, correspondente a 5.800 postos de trabalho, foi ocupado por operários de outros estados, notadamente do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Maranhão.

Estes trabalhadores formaram uma associação que se transformou posteriormente em sindicato, como o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da indústria da Construção e do Mobiliário de Barcarena e Abaetetuba (Sinticomba), Petronilo Alves (2015), explica:

Eu cheguei em Barcarena em oitenta e três e criei logo uma associação. Nesse tempo antes da Constituição de mil novecentos e oitenta e oito para se fazer sindicato tinha que passar por um processo de associação profissional, trabalhadores profissionais, pra depois entrar com o processo e se passava cinco, seis anos pra poder transformar em sindicato.

Em 1985 foi inaugurada a fábrica de Alumínio, Albrás, cujos trabalhadores eram ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos (SIMETAL) que, depois de ter sido presidido por décadas por uma “diretoria do pelego” (SANTIAGO, 2007, p. 227), se inseriu no “novo sindicalismo”, vinculado naquele momento ao em 1983 fundado Central Único de Trabalhadores. Sob o “comando do SIMETAL com uma diretoria comprometida com o que de mais avançado havia no sindicalismo brasileiro” (Idem, 228), iniciaram-se greves maciças por melhores salários e condições de trabalho.

É nesse período que os operários da Albrás vivenciarão as lutas mais importantes da história do movimento sindical no Pará, principalmente a greve de agosto de 1990, onde conquistarão direitos econômicos e sociais importantíssimos, com piquetes de greve, assembleias democráticas, apoio dos familiares e solidariedade de sindicatos *versus* intransigência do Estado e dos patrões capitalistas. (...) Bem perto dos operários da ALBRAS acontecia uma greve dos trabalhadores da construção civil, responsáveis pela ampliação das instalações do complexo Albrás-Alunorte. (SANTIAGO, 2007, p. 201, 202)

O sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Pará vinha passando na década 1990 por uma transformação de rumo. A linha “aguerrida” do primeiro momento foi substituída, pouco a pouco, por uma linha da negociação com a empresa, a tal ponto de se transformar em um “sindicalismo de resultados”.

Esta nova história do Sindicato começa em 1994 com apoio a eleição do Almir Gabriel do PSDB e completa o seu ciclo com a filiação ao Central de “direita”, como Antunes (1995b) havia caracterizado a Força Sindical. (SANTIAGO, 2007, p. 231). Em 2006 se fundou o Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena (SIMEB), ligado a confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, da Força Sindical.

Outro sindicato, o Sindicato dos Químicos de Barcarena, foi fundado no dia 26 de junho de 1998, como iniciativa política de sindicalistas ligados a CUT e que teve o apoio de vários sindicatos Estaduais. Este sindicato representa os trabalhadores da empresa Alunorte. Segundo Gilvandro Santa Brígida, atual presidente do sindicato e vice-presidente do sindicato em 2006, foi uma necessidade política, visto que o Sindicato Estadual dos Químicos era atrelado a Força Sindical e se manifestava apenas nos momentos de fechar o acordo coletivo dos operários químicos, sem participar das grandes discussões na base (SANTIAGO, 2007).

Devido a força dos sindicatos evidenciados nas décadas 1980 e 1990, tanto os sindicatos se tornaram alvo de forças conservadores (Força Sindical), como sofreram com interferências diretas por parte das empresas, influenciando nas eleições no

sindicato e nas decisões internas. Mas observou-se também que os sindicatos, além de representar os interesses dos trabalhadores, em muitas ocasiões, foram solidários e atuaram junto com as associações de moradores na sua luta contra as empresas e contra o Estado em relação às desapropriações, desastres ambientais e reivindicações sociais

2.3 Fórum Intersetorial de Barcarena: limitações da responsabilidade social

No fim dos anos 2000 e nos primeiros anos da década 2010 um novo espaço de resistência se constituiu em Barcarena, caracterizado por uma experiência de formação de lideranças de comunidades, movimentos e ONGs combinado com um diálogo institucionalizado entre empresas, poder público e sociedade civil.

Depois de (mais) um desastre socioambiental provocado pela empresa Imerys Rio Capim Caulim S/A, o MPE convidou, em 2008, no âmbito de um Termo de Ajuste de Conduta - TAC, o Instituto Internacional de Educação no Brasil - IEB⁸ para apresentar um Projeto de Fortalecimento Institucional e também o Instituto Evandro Chagas para realizar pesquisas em Barcarena.

Durante oito anos foram realizadas atividades de “fortalecimento da sociedade civil” e a formação de um Fórum Intersetorial de diálogo com representantes de empresas privadas, organizações da sociedade civil e diferentes esferas de governo. O fortalecimento foi estruturado em torno de processos formativos, com oficinas e cursos temáticos, diagnóstico sobre a situação legal das organizações da sociedade civil e levantamentos e mapeamentos (MORAES; SILVA, 2013).

A experiência do Fórum Intersetorial trouxe ganhos significativos na formação e capacitação de lideranças e representantes da sociedade civil (comunidades, associações, sindicatos, movimentos) e possibilitou uma aproximação e articulação entre as diferentes comunidades e pessoas.

Um aprendizado e reflexões em relação ao processo de formação do Fórum podem ajudar entender a situação atual no qual o novo movimento Barcarena Livre nasceu. A participação das 70 organizações inicialmente envolvidas, durante o processo de capacitações e formação do Fórum, tem diminuído muito. Evidenciou-se a

⁸O IEB é uma ONG nacional, que se identifica como “terceiro setor” e que institucionalmente aposta no diálogo entre empresas, governo e sociedade civil para a conservação dos recursos naturais, com “compromisso com a sustentabilidade, o respeito à pluralidade e à diversidade, a justiça e a equidade social” (IEB, 2017).

complexidade da organização da sociedade civil em Barcarena, cujas contradições e conflitos internos precisam ser foco de reflexão e estratégias de articulação.

Nas estratégias da sociedade civil em relação aos conflitos socioambientais e territoriais um Fórum com modelo de diálogo se torna automaticamente um campo de disputas e foco de estratégias de cada participante. Uma análise destes atores e correlação de forças é importante. A presença das empresas no Fórum, por exemplo, é dominada pela empresa norueguesa Hydro através de suas subunidades (Albrás, Alunorte, ABC), e se faz presentes através de representantes profissionais de comunicação e relação com a comunidade. Outras empresas são praticamente ausentes. Esta presença monolítica e profissional da empresa tende a submeter o Fórum a um funcionamento dentro dos limites postos pela Hydro. A representação do poder público se restringe a presença factual de representantes do governo municipal, enquanto outros atores cruciais, como o Governo do Estado e da União não fazem parte do Fórum.

Um debate fundamental em relação ao Fórum é a sua própria essência de existência: um espaço de diálogo para provocar transformações sociais e ambientais no município. Com uma presença minoritária da sociedade civil na coordenação, da Hydro como maior empresa existente em Barcarena e somente representantes do Governo Municipal, pode-se falar num diálogo entre desiguais, em termos de força, representação e interesses. No boletim do IEB, representante da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), Aldalice Otterloo formulou esta questão assim: “O diálogo como forma de luta social tem crescido muito. Porém, é necessário monitorar os desdobramentos dos acordos celebrados no Espaço Público.” (IEB, 2011, p. 2). Vale ressaltar que muitas lideranças em Barcarena se fortaleceram e adquiriram conhecimento e força política dentro deste projeto e algumas delas fazem parte também do Movimento Barcarena Livre.

2.4 Retomada de territórios tradicionais

Outro movimento, mais independente e com importante contribuição da Universidade Federal do Pará e do Ministério Público Federal, é formado por comunidades tradicionais que começam, a partir da primeira experiência de luta e conquista da comunidade quilombola Burajuba, organizar-se de forma articulada, para lutar pelo reconhecimento de suas comunidades como comunidade tradicional e conseguir a certificação e titulação. Segundo Maia e Marin (2015) os quilombolas de

Burajuba esboçam uma força política no município, por meio de sua associação uma “unidade de mobilização” que aglutina por laços de solidariedade grupos em situações sociais diferenciadas de Barcarena. Nas sucessivas ações de expulsão praticadas pela CODEBAR, a comunidade liderava as manifestações nas vias públicas enfrentava polícia, e associação conseguia aglutinar pessoas de outras comunidades para engrossar o movimento.

Depois da Burujuba, os quilombolas indígenas dos sítios São João, Conceição, Cupuaçu e Gebrie de São Lourenço retornaram às terras às margens do rio Murucupi na década de 2000. Este movimento conseguiu garantir em 2016 o Certidão de Autodefinição da Fundação Palmares para todas estas comunidades, que enfrentam ainda muitos desafios, desde a sua coesão e organização interna dentro das comunidades, a afirmação legal de todos seus direitos e as constantes ameaças de invasão de seus territórios. Novas/tradicionais comunidades estão ensaiando repetir este movimento:

Este processo de “resistente existência” se dá por meio de suas lutas pelo território e condições de reprodução social. Coser (1961) defende que o conflito serve para estabelecer e conservar a identidade e as linhas de fronteira com relação ao mundo social. A função do conflito é manter e estabelecer a identidade do grupo, que se estende a análise da questão da consciência e da identidade de classe (MAIA; MARIN, 2015, p. 11).

Neste contexto nasce Barcarena Livre. Não composto por representantes, mas por ativistas, militantes, moradores que procuram novas formas de mobilização e ação dentro de um coletivo de pessoas que primam pela independência, solidariedade, oposição ao modelo de desenvolvimento capitalista e dependente imposto no município.

2.5 Movimento Barcarena Livre

Barcarena Livre é o fruto de uma mobilização complexa na qual dois grupos da Universidade Federal do Pará, formados por pesquisadores com histórica atuação de pesquisa e extensão no município de Barcarena, juntaram-se com movimentos sociais. Estes pesquisadores, ao organizar um seminário sobre desastres da mineração como resposta ao desastre em Minas Gerais em novembro de 2015, visaram abrir um debate sobre a lógica da mineração capitalista e seus inerentes efeitos desastrosos para as comunidades e o meio ambiente. Os pesquisadores visitaram várias comunidades em Barcarena e conversaram com representantes e moradores, tanto para convidá-los para o seminário quanto para colher sugestões para a programação e sua disposição para

contribuir como palestrantes no seminário. Um grupo destes moradores das comunidades expressou o desejo de aprender usar ferramentas de comunicação para poder fortalecer suas lutas e pediu para realizar, juntos, um seminário sobre desastres da mineração no próprio município de Barcarena.

Na oficina de comunicação ministrada por doutorandos do NAEA, realizada em Barcarena com cerca de 15 pessoas das comunidades, construíram-se um site e a estratégia de sua alimentação, um grupo no *whatsapp* e ideias para a mobilização das comunidades para o seminário sobre desastres da mineração em Barcarena. Nasceu naquele momento um novo movimento, independente de influências de ONGs externas, de partidos políticos, das grandes empresas e do poder público.

O movimento Barcarena Livre e seu vínculo com as demandas histórias materializam a perspectiva de classe e a demarcação do campo democrático-popular que atua, associando-se às linhas de investigação de grupos de pesquisa que também se propõe a refletir sobre os processos de destruição e exclusão socioespacial presentes no município. Os avanços e grande penetração dos processos de produção mineral associado ao domínio sobre a terra provocam reações, mobilizações e resistências.

As primeiras inserções do Movimento Barcarena parecem indicar a formação de um movimento de intervenção social que combina objetivos de afirmação de identidade tradicional, organização social para conquista de direitos, capacitação organizativa e formação política, procurando desenvolver conhecimentos, competências e métodos necessários para a produção da luta social. O enfrentamento com contra-informações e conteúdo são formas de se fazer notar e incomodar a estrutura. Assim aconteceu nas audiências no Plano Diretor, nas reuniões com o Ministério Público Federal, nos fóruns das Secretarias Municipais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese os tempos e espaços diferenciados, a organização e as lutas dos movimentos sociais em Barcarena estão ligados à denúncia da violência e destruição causada pelo capital e às estratégias de continuarem (re)existindo nos seus espaços em disputa territorial. Foi neste contexto de avanço da reestruturação produtiva que, com o protagonismo de grupos sociais e comunidades tradicionais, surgiram estratégias de resistência e formação de grandes experiências de mobilização que já duram quatro décadas.

A partir das próprias contradições dentro da atuação dos movimentos sociais e os novos desafios postos pelas novas formas organização do capital em Barcarena, surge o movimento Barcarena Livre, organizado além das bases territoriais ou trabalhistas, buscando estratégias de resistência de articulação das lutas específicas e elaboração de novas formas de atuação.

Aliado a isso, os grupos de pesquisa vinculados à Universidade Federal do Pará que acompanham e prestam assessoria aos movimentos sociais e trabalhadores têm feito um esforço teórico-prático fundamental para ressignificar pesquisas e metodologias de extensão, sendo ganho na formação mais ampliada e efetiva de profissionais das áreas de humanas. A conduta de atuação é pela valorização da diversidade do movimento em sua composição por entender que a natureza das identidades reflete a própria história dos grupos sociais excluídos na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

ANDES. Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira. **Cadernos ANDES**, Brasília/DF, n. 2, jan.2013.

CARMO, E.D. **O Território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos socioculturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena**. 230 f. 2010. Tese (Doutorado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CARMO, E. Barcarena Livre Informa: 37 de desastres socioambientais em Barcarena. **Informativo**, n. 1, 2016.

FIALHO NASCIMENTO, N.S. **O Destino de uma comunidade “cabôca” frente a um grande projeto (o caso Montanha/Curupeté)**. 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Centro Sócio Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

FIALHO NASCIMENTO, Nadia Socorro; HAZEU, Marcel Theodoor; Socorro. **Grandes empreendimentos e contradições sociais na amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena/Pará**. **Argumentum**, Vitória, v.7, p. 288-301, 2015.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS ; Brasília: MEX/SESu, 2005.

HAZEU, M.T. **O não-lugar do outro**: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. Tese (Doutorado)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

IEB. Boletim informativo dos Projetos de Fortalecimento Institucional de Barcarena | Edição III julho a outubro de 2011 a barca notícias.

IEB. Relatórios de auditoria (2008-2014). IEB, Disponível em: <<http://www.iieb.org.br/index.php/o-ieb/transparencia/>>.

LEITE, Maria da Trindade Ferreira; NUNES, Benevina Maria Vilar Teixeira. Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – um resgate histórico 1975-1986. **Revista Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 427-435, jul.set. 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAIA, M.L.S.; MOURA, E. A reorganização do espaço de trabalho e do espaço doméstico da família de Barcarena. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, p. 81-90, 1989. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1428/1405>>. Acesso em: 20 set. 2014.

MAIA, R.O.M, MARIN, R.E.A. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38.; 2014. **Anais...** 2014.

MORAES, M. R. L. NETO, S.F.; SILVA, J.G.C. (org.) **Fortalecimento institucional e criação de espaço público**: sistematização da experiência em Barcarena, Pará. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2013.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. **Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena**: um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais. 140f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

PETRONILO. Entrevistas realizadas em 2015 por Rosane Maia e por Marcel Hazeu.

SANTIAGO, João Carlos da Silva. **Trabalho e Capital na Amazônia Oriental**: Movimento Operário versus reestruturação produtiva no Complexo Albrás-Alunorte – 1990 a 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PPGCS/CFCH/UFPa, mar. 2007.

TEXEIRA, J. B.; OLIVEIRA, E. E. A política social da Albrás destinada às populações ribeirinhas. In: Castro, E.; Moura, E.; Maia, M. (Org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: UFPa, 1995. p. 261-284.

TOURINHO, H.L.Z. (Coord.) **Repercussões sócio-econômicas do complex industrial ALBRAS/ALUNORTE em sua área de influencia imediata.** Belém: IDESP, 1991. 337 p.

VASCONCELLOS, A. M. de A. **Transformações sociais e lutas cotidianas no laranjal em Barcarena.** Belém: UNAMA, 1996